

AS CLASSES DIRIGENTES E OS PROBLEMAS MILITARES

Artigo do Major ANDRÉA CUCINO
Traduzido da "Revista Militare" — Itália

A *proteção* dos interesses de uma comunidade social, proteção que obviamente comporta a preparação e o eventual emprêgo dos órgãos de luta armada, é da responsabilidade geral de tôdas as classes dirigentes e não somente das classes *político-militares*.

E, de fato, desde a antiguidade até os nossos dias, tôdas as classes dirigentes de tôdas as comunidades sociais, no período em que nelas tem estado viva a função criadora, têm sempre participado ativamente, embora nem sempre diretamente, na preparação da guerra e da luta armada.

No último conflito os Estados Unidos puderam superar a crise de sua falta de preparação, graças à total participação de tôdas as classes dirigentes — dos capitães da indústria aos técnicos, dos cientistas aos jornalistas, dos grandes agricultores aos produtores cinematográficos — no esforço de guerra.

O afastamento das classes dirigentes dos problemas militares tem sido sempre um sintoma infalível de seu declínio.

O absentismo militar das classes dirigentes em decadência corresponde à lógica intrínseca na qual se encerrou na rígida defesa de interesses que se tornaram egoísticos. De fato tôda a preparação para a guerra exige sacrifícios e as classes dirigentes ou fazem recair tais sacrifícios sobre si mesmas, devendo, portanto, renunciar a alguns privilégios ou fazem-nos recair sobre as outras classes, acelerando o processo dialético para a instauração de uma organização social baseada nos novos princípios éticos já fir-

mados nas consciências. Tal fenómeno se verificou na última Roma Imperial, no período da decadência das monarquias absolutas e em algumas sociedades modernas.

Se a nossa assertiva se mostrou verdadeira no passado, mostra-se muito mais em nossos dias em que a luta armada abrande tôda a vida de uma comunidade social.

Dai, por exemplo, ficar evidente o escasso senso de responsabilidade de certa imprensa nossa que concede ampla guarida aos assuntos militares somente quando se trata de questões puramente pessoais ou para fazer praça de um vetusto antimilitarismo de aparência ou para dar curso a nocivas exaltações retóricas, mas que ignora totalmente os problemas militares fundamentais, para cuja solução poderia trazer a valiosa contribuição de uma crítica sem preconceitos, mas construtiva, bem como da influência de uma opinião pública progressivamente educada para deter sua atenção sobre tais questões.

Objetar-se-á que o anti-militarismo nos estados liberais estabelecidos depois da revolução francesa teve e tem ainda a função social de combater o militarismo. É exato. Mas o anti-militarismo só tem razão de ser nos países que ainda têm fontes excessivamente vigorosas de militarismo, não em uma nação como a nossa que, em virtude de condições objetivas de formação histórica, tem uma sociedade ainda não dotada de sensibilidade adequada para os problemas militares.

Objetar-se-á que a imprensa tem interesse em publicar o que está de acôrdo com o gôsto dos leitores.

De acôrdo. Mas o publicista que, como componente das classes dirigentes, tem consciência de sua importante função, procura educar em vez de agradecer.

Uma classe dirigente esclarecida é rica de elementos que tem aguda sensibilidade para os problemas militares, para cuja solução, trazem direta ou indiretamente a contribuição de sua capacidade e sobretudo de seu senso de responsabilidade.

É isto é particularmente necessário hoje que o prestígio de certas nações está quase integralmente subordinado ao grau de *militaridade* que cada uma revela.

Observe-se que falamos de *militaridade* e não de potência militar, para diferenciar os fatores espirituais dos materiais. De fato, com a formação dos grandes grupamentos políticos trans-nacionais, pelo menos potencialmente, os meios materiais não faltam a nenhum dêles. Por isso, um Estado pode ser pobre de recursos materiais e consequir o mesmo grande prestígio militar, com as consequentes vantagens no campo político e econômico.

CLASSES DIRIGENTES POLÍTICAS E CLASSES DIRIGENTES MILITARES na CONDUÇÃO DAS GUERRAS DOS SÉCULOS XIX E XX

Na história, cheia de acontecimentos, dos séculos XIX e XX, registra-se uma difusa incompreensão que as classes dirigentes políticas revelam face aos aspectos políticos-sociais dos problemas que se apresentam na preparação e na condução da guerra.

Pode-se, sem mais delongas, excluir a idéia de que o inconveniente seja devido à carência de homens de envergadura, porque, de maneira geral, à humanidade dos últimos séculos tudo se pode reprovar menos que tenha uma insuficiente geração de homens de pensamento. De resto o inconveniente se verifica mesmo onde as classes dirigentes excedem pela abundância de homens de grande espírito.

Para chegar a qualquer conclusão concreta, a questão deve ser estabelecida do seguinte modo: é a

falha devida a uma errada concepção doutrinária das relações entre a política e a guerra, ou à influência insuficiente de uma teoria racional sobre a formação das classes dirigentes políticas militares?

Já há mais de um século Clausewitz lançou as bases de uma teoria racional da guerra. Que tal teoria seja ainda fundamentalmente vital, especialmente quando fixa as relações entre a guerra e a política, é um ponto sobre o qual quase todos os maiores estudiosos concordam.

Vamos submeter, todavia, os pontos fundamentais da parte da teoria de Clausewitz que esclarece as relações entre a guerra e a política à prova de uma revisão formulada à luz das fecundas experiências dos conflitos mais recentes, para verificar se a realidade desmente a solidez da teoria, ou ainda se revela uma insuficiente ação preparadora na formação das classes dirigentes.

"... A guerra não é unicamente um ato político, é um instrumento. Ela não é senão a continuação da política por outros meios."

Ludendorff, em seu livro "Condução da Guerra e Política" sustenta que Clausewitz nenhum valor dá à política interna e econômica. Ele propõe que o citado princípio seja assim substituído (obra citada, edição francesa): "A guerra é a continuação da política exterior por outros meios. Portanto toda a política deve servir à guerra".

Ludendorff, baseando-se na experiência do primeiro conflito mundial, foi levado a enunciar um princípio que reduz a guerra essencialmente ao fator força. Mas por duas vezes as classes dirigentes alemãs tentaram substituir a política pela força com as consequências que são bem conhecidas.

O princípio de Ludendorff seria exato se a guerra assumisse uma forma absoluta, isto é, se a dialética dos acontecimentos bélicos fosse baseada no princípio da hostilidade, levado ao extremo segundo a própria essência da luta. Mas "a guerra real, não sendo senão meia medida que implica em contradições

consigo mesma, não pode obedecer exclusivamente as suas próprias leis: ela é fragmento de um conjunto independente e este conjunto é a política... As linhas gerais seguidas pelos acontecimentos da guerra, e às quais tais acontecimentos estão presos, não são mais que os fios principais da política que penetram através da trama da guerra e têm como *objetivo a paz*..."

Segundo a concepção da guerra absoluta, a proibição de bombardear as bases chinesas na Mandchúria, imposta pela direção política da guerra no recente conflito da Coreia, é, em qualquer caso, um absurdo, conquanto, de acordo com o princípio de Clausewitz, seja ela plenamente justificada, desde que se admita ser consequência de uma política racional.

Não é menos exato que Clausewitz tenha desprezado os fatores da política interna e da econômica, porque com o termo "política" ele abrange o conjunto da direção política do Estado; ou antes, "a inteligência do estado personificada". Ele limitou-se a fixar uma relação entre a política e a guerra, sem ater-se ao trato de nenhum tipo particular de política. E se a guerra total de nossos dias pressupõe uma política total, isto está implícito no princípio enunciado pelo escritor alemão.

Sem dúvida, o campo das relações da potência militar não foi investigado por Clausewitz porque, no seu tempo, não se haviam verificado ainda certos acontecimentos que abririam um novo e vasto campo de indagações especulativas. E isto está na lógica natural dos fatos, porque ninguém pode afirmar que o pensamento militar deva deter-se em Clausewitz. O pensamento, em verdade, está na evolução.

"A guerra não é apenas um verdadeiro "camaleão" por modificar em cada caso concreto sua natureza, mas também, no complexo das suas manifestações, pelas tendências que a dominam, na maravilhosa trindade constituída pela força originária no seu elemento: o ódio e a hostilidade, considerados como um cego

instinto natural; o jogo da probidade e do sucesso, que a torna uma atividade livre de espírito; e o caráter subordinado de instrumento da política, pelo qual entra no campo *puramente intelectual*..." "Estas três tendências, que se mostram como outros tantos princípios legisladores profundamente radicados na natureza do objeto são de grandeza variável. Uma teoria que descurasse uma das três, ou quizesse estabelecer entre elas uma relação arbitrária, cairia de pronto em tal contradição com a realidade que poderia ser *considerada como nula*".

Em outras e mais simples palavras, uma guerra para ser racionalmente imposta, deve ser baseada sobre a hostilidade existente no povo, sobre as reais probabilidades do aparelho militar e sobre uma boa política. Uma guerra que descurasse um desses elementos ou colocasse entre eles uma correlação arbitrária, dando por exemplo clara superioridade ao fator força militar, ou buscasse uma política sem um instrumento militar adequado, cairia logo em contradição com a realidade.

Os acontecimentos são demasiado conhecidos para que seja necessário recorrer a citações históricas para observar que, de Napoleão aos nossos dias, muitas guerras têm sido impostas em notório contraste com esse princípio fundamental de Clausewitz. E a estensão do fenômeno aconselha a especificar a causa na falta de preparação das classes dirigentes político-militares.

Admitido que a guerra é um instrumento político resulta que ela pode assumir todos os graus de intensidade, segundo os motivos que a determinem, o ambiente que a caracterize e as condições de potência que a condicionam.

Geralmente, pode-se dizer que ela tem uma dupla forma: *guerra de aniquilamento* — admite apenas um resultado, o definitivo; durante seu curso nada é perdido, nada é ganho; "só o fim coroa a operação", e *guerra de objetivos limitados* — na qual cada resultado parcial tem um valor próprio e independente,

sendo o resultado final "a soma dêsses valores parciais".

Os dois casos extremos raramente se verificam: na realidade a guerra se aproxima de um e de outro tipo. Todavia, é de fundamental importância estimar inicialmente "o conjunto da guerra" e, no decurso das operações, julgar do caráter extremo ou limitado a que sua conduta deve obedecer.

Por exemplo, como poderia o comandante de um teatro de operações, em uma guerra de objetivos limitados, estabelecer relações de colaboração com o poder político, se não tiver a clara consciência de que, em tal guerra, a interferência da política sôbre a marcha das operações é decididamente acentuada em relação a quanto ao que se verifica em uma guerra de aniquilamento.

Diante das grandiosas manifestações dos dois conflitos mundiais parece estar a guerra de objetivos limitados fora da realidade histórica moderna. E, no entanto, no decurso do século XX as guerras de objetivos limitados verificaram-se repetidamente (guerra ítalo-turca de 1911-12, guerra balcânica de 1912-13, guerra russo-polonesa de 1920, guerra russo-filandeses de 1939-40 e a atual guerra da Coreia).

E quantos erros não foram cometidos pelos chefes políticos e militares, talvez de muitíssima relevância, por não terem querido e sabido estimar preventivamente o *módulo* da guerra?

O exemplo mais recente, e sem dúvida entre os mais clamorosos, é dado pelo "caso" Mac Arthur, cujo drama se pode resumir no seguinte: um grande general que, em uma guerra de objetivos limitados, não conseguiu ou não buscou afastar-se dos métodos de uma guerra de aniquilamento precedentemente vencida.

Visto à luz de nossa mais vasta experiência, também os seguintes conceitos de Clausewitz afiguram-se plenamente confirmados:

Se a guerra é um ato político, ela necessariamente assumirá as características da política que a sustenta,

endereça e conduz. Quando a política fôr de amplo alento e de grande fôrça, a guerra fará outrotanto e o fenômeno poderá ampliar-se até atingir o ponto mais alto na sua forma absoluta.

A determinação dos objetivos é de importância fundamental porque eles se modificam durante a guerra "enquanto subsistem a reação dos resultados e a probabilidade dos sucessos". A política precisamente age sôbre a conduta da guerra com a constante e sucessiva determinação dos objetivos, além de ter parte preponderante na determinação dos meios.

Nehum plano de guerra ou esboço importante de operações pode arranjar-se sem o concurso dos elementos relativos às relações políticas.

Se a política é sã, isto é, se obedece as suas finalidades não pode deixar de trabalhar em favor da guerra; e, se esta não advém, a razão está na imperícia da política seguida.

De um ponto de vista elevado, a política e a condução da guerra se identificam. Segue-se que "um certo conhecimento da guerra é inseparável de uma boa orientação nos negócios políticos" e que um chefe militar deve "possuir um conhecimento profundo das coisas superiores do Estado".

Citemos alguns fatos sintomáticos.

Sôbre a ação de Crespi — que foi sem dúvida um estadista de notável valor — Bonomi, a propósito da guerra ítalo-etíópica, escreve ("A política italiana de Porta Pia a Vittorio Veneto"):

Ao General Baratieri, que em abril de 95 pedia-lhe novos meios, Crespi respondia: qualquer ulterior expansão em África encontra oposição na Alta Itália, até entre os amigos do Ministério. O meu colega do Tesouro preocupa-se com a incerteza das despesas que vamos encontrar... E, persistindo Baratieri em pedir um aumento de cinco ou seis milhões, Crespi lembrava-lhe secamente que "Napoleão fazia

a guerra com o dinheiro dos vencidos”.

A ilusão de Crespi de fazer a guerra medindo as despesas com conta-gôtas, foi destruída pela derrota do Batalhão Toselli em Amba Alagi e pela rendição do forte de Macallé, cuja longa resistência ilustrou o nome de Galliano. Crespi, diante do perigo, percebeu que lhe ocorria um vasto plano e meios adequados, mas era então muito tarde...

Afrouxaram-se no último momento os cordões da bolsa, ofereceram-se ao governador novas forças militares, mas persistiu-se na audaciosa esperança de que um golpe de sorte pudesse resolver favoravelmente a situação. E, como Baratieri retardasse a ação... Crespi... enviou-lhe um ofício dizendo-lhe que a excitação era uma fraqueza militar, não uma guerra.

O General Baratieri, melindrado, ordena o avanço que — por concatenação lógica de causas e efeitos e pela dose de infortúnio e dos inevitáveis erros que sempre acompanham as despesas militares mal planejadas e apressadamente organizadas — se conclui malgradadamente em Ádua.

Mas Crespi “lançou sobre Baratieri toda a responsabilidade do desastre”.

A passagem que registramos não é apenas a descrição de um episódio infeliz de nossa história: Ela faz ressaltar, em breve síntese, o constante processo dialético de todos os nossos insucessos militares. De fato, substituindo devidamente nomes e datas, teremos a breve história de todas as nossas empresas militares terminadas sem êxito.

Os dirigentes políticos que se têm sucedido no poder têm muitas vezes criticado os efeitos da política militar de seus predecessores, mas, não dotados de suficiente preparo para compreender, na necessidade fundamental, os problemas militares, não têm sabido reportar-se dos efeitos às causas, e recaem sistematicamente nos mesmos erros.

No momento em que a Alemanha explica uma política baseada essen-

cialmente sobre a força, o chanceler Bethmann Halloweg declara, em uma carta, estar muito satisfeito de não se haver imiscuído nas controvérsias existentes entre o grande Estado-Maior e o Ministério da Guerra, relativamente aos três novos corpos de exército que se queria constituir segundo o projeto de lei de 1912-13. “Faltava-me, dizia êle, o preparo profissional e não era bem meu mister tomar uma posição sobre questão puramente militar” (Ludendorff, op. cit.). Justamente Ludendorff comenta: “Mas em que consistia afinal a tarefa do chanceler, senão em assegurar a vida e o futuro do Império Alemão”?

E o que dizer dos grandíssimos generais do primeiro conflito mundial que não perceberam o intenso processo evolutivo, determinado no campo social por uma guerra estenuante e implacável, e sustentaram que os fermentos sociais — que são os pódmomos da mais veemente manifestação de dinâmica social que a História registra e que estão marcando uma época — fôssem quase unicamente um caso de política.

E que dizer daquela seletíssima classe dirigente militar alemã da segunda guerra mundial que, conquanto se revelasse uma fonte inexaurível de valentíssimos comandantes nos campos de batalha, mostrou-se completamente alheia ao campo político-social e, portanto, quase desarmada diante dos planos temerários do ditador nazista?

Os exemplos podiam continuar, mas não é necessário.

Em conclusão, no campo de relação entre guerra e política, a teoria de Clausewitz, concebida e divulgada há mais de um século, é ainda bem hávida. Por isso, a causa fundamental das deficiências que revelam no mesmo período as classes dirigentes políticas militares no preparo e na condução da guerra está especificada em uma errada diretriz na preparação das próprias classes dirigentes.

Na sociedade, como se vêm configurando com a constituição do estado nacional, as classes dirigentes militares, por reação à função do-

minante que havia nas monarquias absolutas, são alheias à vida político social e sua atividade vem rigidamente limitada ao campo profissional. As novas classes dirigentes políticas assumem um líquido predomínio na vida do estado, mas, sendo todo inclinadas a dar livre desenvolvimento às novas forças sociais que por longos períodos encontram livre campo de afirmação e, portanto, nenhum sério obstáculo que requeira a intervenção da força, afastam-se dos problemas militares.

Tôda teoria surge da ação e prepara a ação. Ela é um fruto da experiência, tanto que Clausewitz, afastado da epopéia napoleônica, é inconcebível. Mas, para o agudo espírito especulativo de Clausewitz, foi suficiente a experiência do período napoleônico para que penetrasse na íntima essência o fenômeno guerra.

Para que sua teoria se tornasse assimilável pela massa das classes dirigentes políticas militares, era necessário que ela fôsse tornada evidente por novos fatos experimentais e que a necessidade de sua aquisição se tornasse inevitável pelas exigências da nova ação. O processo, de resto, é comum a todos os frutos do pensamento humano. São os grandes pensadores que, verdadeiros precursores, especificam, com precedência, os frutos do pensamento humano que, segundo a confirmação de novas experiências e as exigências das novas ações, se tornam de fácil percepção pelas massas.

Desde os fins do período napoleônico até o início da primeira guerra mundial, muitas classes dirigentes políticas militares se comportaram como se a política e a guerra fôsem atividades praticamente independentes. No ato do objetivo das hostilidades, para o político parecia natural dizer ao militar: "vênça a guerra, o mais é comigo" (Ludendorff, op. cit.). E as guerras travadas naquele período — tôdas de pequena duração — não eram muito próprias para fazer ressaltar a íntima essência da guerra, tanto

que a primeira guerra mundial encontrou as classes dirigentes políticas e as militares de muitos países não preparadas para estabelecerem entre si uma colaboração em harmonia com as íntimas relações existentes entre a política e a guerra.

A primeira guerra mundial põe em realce o princípio de que a política e a alta direção da guerra se identificam: a segunda guerra mundial encontra as classes dirigentes políticas e as militares mais conscientes das interferências existentes entre as suas funções, mas, feitas algumas exceções para os países anglo-saxônicos, encontra-as não preparadas para colaborar. Com efeito, no fim do segundo conflito mundial, conquanto existam já os elementos experimentais para aperfeiçoar e ampliar a teoria de Clausewitz, para muitas classes dirigentes políticas militares o grande teórico alemão é, todavia, um célebre desconhecido: célebre no nome... desconhecido no fato.

AS CLASSES DIRIGENTES POLÍTICAS E AS CLASSES DIRIGENTES MILITARES NA ATUAL LUTA PELO PREDOMÍNIO NO MUNDO

"Tôda guerra tem uma origem social" (Oriani). A luta política no interior das comunidades sociais e entre os países, é determinada pelo contraste de forças sociais nascentes e animadas pelo processo criador das liberdades. A guerra é em geral sintoma de forças sociais que tendem, com a violência, a assegurar-se no campo de suas afirmações.

O segundo conflito mundial é, apenas em parte, devido a planos temerários de ditadores loucos ou a manifestações violentas de teorias políticas extremistas; de outro modo seria inexplicável o trágico espetáculo de povos inteiros batendo-se com a coragem do desespero mesmo diante da evidente perspectiva de imensa ruína. Os dois conflitos mundiais foram sustentados por forças sociais que somente indo além dos confins estreitos do estado nacional poderiam encontrar campo de afirmação.

Em um período histórico caracterizado por um tímido equilíbrio entre a concepção de vida amadurecida na consciência dos povos e os bens que a organização político-econômica do mundo permite produzir; o fato incontestável de que em uma parte existem milhões de homens vivendo em um espaço cada vez mais irrespirável e algures há zonas despovoadas; de uma parte existe uma carência de braços e de outra, um fenômeno crônico de desemprego; em uma zona assola a desolação da carestia e na outra a miséria da superprodução; deve por força determinar altíssimas tensões políticas conseqüentes ao processo de liberdade criadora que lança o mundo na unidade.

Os dois primeiros conflitos mundiais decisivamente encaminharam o mundo para a superação do estado nacional como organização política.

Hoje temos os blocos, no âmbito dos quais há um estado coordenador. É uma frase de transição, não é ainda a solução.

As forças mundiais que determinaram os dois primeiros conflitos mundiais tiveram um alívio mas não um campo livre para suas afirmações. Saltam todavia irresistivelmente para a unidade do mundo. Mas a unidade pressupõe um coordenador e a luta política mundial lança com dramática insistência o problema de quem e como deve coordenar. Teremos um mundo que, à organização político-econômica unitária e portanto à superação em tal campo do estado nacional, fará corresponder a definitiva afirmação do princípio de nacionalidade no campo ético; ou que se instaurará numa férrea ditadura mundial?

Pergunta impossível de responder-se.

Uma coisa é certa: as forças sociais premem com veemência e portanto a luta política já tem manifestações violentas.

Convencidos como estamos de que a história a fazem os homens, não cremos dever indulgir a qualquer forma de fatalismo histórico. Ninguém pode prever como se resolverá a atual luta: redundará em

um novo terrível conflito mundial? Resolver-se-á por absorção de um bloco por parte do outro? Teremos um longo período de guerra fria?

Mas não se precisa indulgir para o pessimismo de concepções fatalísticas, nem ocorre destruir os óculos deformantes do otimismo a todo custo.

A luta atual pelo predomínio do mundo se desenvolverá através de uma dialética que indica claramente às classes dirigentes políticas e às militares os métodos pelos quais é conduzida.

No mundo de hoje não existe mais uma política de paz que, em caso de guerra, se identifique com a conduta da guerra; não existe uma política interna que, caracterizada por um equilíbrio social relativamente estável, faça sentir apenas débeis reflexos sobre a política externa: existe uma política total que já se identifica com a conduta de uma guerra total que, por hora e tempo indeterminado, desenvolve-se com violentas notas diplomáticas e com guerras marginais de objetivos limitados.

As conseqüências, para as classes dirigentes, destas óbvias constatações são imensas.

Mais que nunca, qualquer dirigente que se mostre insensível diante dos problemas militares, atende menos à responsabilidade ante a comunidade social e perante si mesmo.

As classes dirigentes políticas insuficientemente preparadas no campo militar e as militares não preparadas no campo político-social estão mais que nunca muito abaixo de seu dever e, pior, do momento histórico que a humanidade atravessa.

A primeira guerra mundial viu falir um método de conduta de guerra baseado na preponderância dos chefes militares; no segundo conflito mundial, por seu turno, pesou a prova fêz, de modo geral, uma conduta de guerra baseada na líquida preponderância dos chefes políticos.

Parece mais que nunca evidente a necessidade de que a direção polí-

tica ou conduta geral da guerra moderna venha confiada a órgãos colegiais (de consulta recíproca) de chefes políticos e chefes militares, nos quais a preponderância dos chefes políticos permanece, porquanto dêsses se espera a decisão final, mas é atenuada com respeito ao passado, quando se exalta a influência e a conseqüente responsabilidade nas funções consultivas dos chefes militares.

Nos Estados Unidos, que celebram algumas entre as mais modernas e eficientes classes dirigentes do mundo atual, esta tendência já está em avançado estado de afirmação. E enquanto em todos os países funcionam órgãos consultivos apenas para alguns problemas políticos militares, nos EE.UU. a direção geral de toda a política é desenvolvida no conselho de segurança, que — nascido como órgão político — pelas exigências dos acontecimentos, transformou-se em órgão político-militar no qual os chefes militares têm função se não superior certamente não inferior a dos chefes políticos.

Esta tendência com efeito não diminui a necessidade de que as classes dirigentes políticas tenham suficiente preparação no campo militar e as militares uma boa preparação no campo político-social. Pelo contrário. Sem a preparação o órgão misto, em vez de ser um instrumento de decisões iluminadas, tornar-se-á teatro de improffiquas discussões.

De resto, em toda a vida moderna, é clara a tendência de confiar as funções diretivas a órgãos mistos. Ela é uma conseqüência da complexidade de tais funções e do desenvolvimento do princípio democrático que tende a substituir a inteligência única pela força de muitas inteligências, evitando o inconveniente da lentidão de decisões, tão natural nos órgãos mistos, com a racional preparação dos elementos diretivos.

O problema se impõe até mesmo na formação das classes dirigentes políticas militares.

Parece-nos que, para uma sociedade moderna, seja de grande importância assegurar em tôdas as escolas civis uma orientação destinada a desenvolver no jovem uma maior sensibilidade para os problemas militares e introduzir nas faculdades universitárias, que preparam a maioria das classes dirigentes políticas, cursos destinados a criar, no campo militar, as bases histórico-doutrinárias necessárias a um homem político-diretivo moderno. Análogamente, em tôdas as escolas militares, deviam ser largamente desenvolvidos cursos sôbre doutrinas político-sociais.

Do que expomos, parece claro que *na vida da sociedade atual as classes dirigentes militares vêem muito aumentada a importância de suas funções sociais*. Conclusão esta à qual, já no período de 1939-40, chegava Burnham através de uma "enquête" feita no campo social com o seu célebre livro "A revolução dos técnicos".

Esta consideração é fundamental para a formação, nas atuais classes dirigentes militares, da consciência de sua importância, especialmente necessária na comunidade social em que, em conseqüência dos acontecimentos do último conflito mundial, foi determinada uma perigosa desvalorização de tal função. *Mas é ainda mais importante para as diretivas de política militar que claramente sugere às atuais classes dirigentes políticas, e de modo particular às de alguns países europeus. De fato é às classes dirigentes políticas que compete a principal responsabilidade da formação de uma eficiente classe dirigente militar. De fato, delas emanam as leis sôbre recrutamento, sôbre o estado jurídico, e sôbre o tratamento econômico dos quadros. São os chefes políticos que regulam o ato fundamental do processo de seleção dos quadros — cuja marcha se desenvolve do alto para baixo na hierarquia — escolhendo os chefes das forças armadas.*

Ora, é claro que o problema da formação de uma eficiente classe dirigente militar não admite solu-

es de acomodação ou expedientes improvisados.

No segundo conflito mundial os E.UU., apenas em parte improvisaram a preparação da guerra. dada sua feliz posição geográfica seu potencial industrial, eles puderam produzir no último momento os materiais, mas é claro que os vários Marshall, Eisenhower, Bradley, etc. não foram certamente... consultados em série.

Hoje a disponibilidade de uma seta classe dirigente militar é uma realidade para uma nação. E é na felicidade não só no campo político-militar, mas também no econômico. Em um período histórico caracterizado por uma luta de sobrevivência, está na lógica das coisas que, apraza ou não, para qualquer nação, em qualquer bloco militante, uma eficiente classe mili-

tar representa a melhor fonte de onde tirar uma persuasiva... embaixada, mesmo de caráter econômico, conforme demonstram os acontecimentos de cada dia.

As conseqüências dessa verificação somente podem ser ignoradas por quem, criado na deletéria mentalidade de considerar os problemas militares apenas com a assimilante preocupação de reduzir-lhe ao mínimo os ônus financeiros imediatos, não conceber uma política militar de longo alcance e nem ao menos de suficiência.

Não há dúvida: na luta atual pelo predomínio do mundo, os países que têm o infortúnio de possuir uma classe dirigente política ainda ligada àquelas concepções cregarão sempre atrasados no campo político-militar e no econômico.



COMÉRCIO E INDÚSTRIA NEVA S/A

DEPARTAMENTO TÉCNICO

SECÇÃO DE MÁQUINAS OPERATRIZES:

TORNOS mecânicos, ferramenteiros, verticais, hidro-copladores, autom.: fusos múltiplos, revólver, espec.
 FURADEIRAS de bancada, de coluna, radiais e especiais.
 FRESADORAS horiz., vert., universais, geratrizes e espec.
 SERRAS altern. e circulares, para metais e ferro.
 RETIFICADORAS cilíndricas, universais, planas, para ferramentas, de mesa e espec., bem como afiadoras com rebôlo diamantizado para metal duro (Widla).
 PLAINAS LIMADORAS mecânicas e hidráulicas.
 MÁQUINAS ESPECIAIS para recondiçionamento de motores.
 PRENSAS exc., hidr., para oficinas e indústrias.
 MÁQUINAS DE FURAR sob pressão, para metais e plásticos.

SECÇÃO DE FERRAMENTAS, INSTRUMENTOS E APARELHOS:

FERRAMENTAS DE CORTE de precisão, como fresas, alargadores, machos, cossinetes, brocas, etc.
 INSTRUMENTOS de medição de alta precisão, como calibres ou paquímetros, micrômetros, comparadores, transferidores de ângulo, níveis de quadro, etc.
 APARELHOS de medição e controle em geral.
 TACÓGRAFOS (registradores de velocidade) e consêrto de velocímetros.

RIO DE JANEIRO (Matriz: S. Paulo) — Escrit.: Av. Rio Branco, 30-17º.

Tels.: 43-0031 — 23-1449 — 43-8342 — Loja e Expos.: Rua Lima Barros, 48